

Mulheres fazem a diferença na Confecom

Jacira Melo e Vera Vieira¹
febrero 2010

As mulheres fazem a diferença e assim vão fazendo história. A 1ª Conferência Nacional de Comunicação no Brasil, realizada em dezembro de 2009, teve as mulheres como as grandes protagonistas do trabalho de lobby que se materializou em centenas de propostas aprovadas relativas aos eixos produção de conteúdo, meios de distribuição e cidadania. Foi uma oportunidade histórica para as mulheres do maior país latino-americano discutirem quais são as estratégias na luta pela justiça de gênero na era digital focando no direito à comunicação. Nesse artigo, as feministas Jacira Melo e Vera Vieira relatam como as mulheres brasileiras deram o exemplo.

A 1ª Conferência Nacional de Comunicação no Brasil (Confecom), realizada em Brasília no período de 14 a 17 de dezembro de 2009 com o slogan "Comunicação: meios para construção de direitos e de cidadania na era digital", reuniu quase 2000 pessoas (1684 delegados/as – sendo 40% do empresariado, 40% da sociedade civil organizada e 20% do governo – além de 300 observadores/as), dos 26 estados e Distrito Federal.

BOX 1

Os eixos temáticos

I - Produção de conteúdo: conteúdo nacional; produção independente; produção regional; garantia de distribuição; incentivos; tributação; financiamento; fiscalização; propriedade das entidades produtoras de conteúdo; propriedade intelectual; órgãos reguladores; competição; aspectos federativos; marco legal e regulatório.

II - Meios de distribuição: televisão aberta; rádio; rádios e TVs comunitárias; internet; telecomunicações; banda larga; TV por assinatura; cinema; mídia impressa; mercado editorial; sistemas público, privado e estatal; multiprogramação; tributação; financiamento; responsabilidade editorial; sistema de outorgas; fiscalização; propriedade das entidades distribuidoras de conteúdo; órgãos reguladores; aspectos federativos; infraestrutura; administração do espectro; publicidade; competição; normas e padrões; marco legal e regulatório.

III - Cidadania: direitos e deveres: democratização da comunicação; participação social na comunicação; liberdade de expressão; soberania nacional; inclusão social; desenvolvimento sustentável; classificação indicativa; fiscalização; órgãos reguladores; aspectos federativos; educação para a mídia; direito à comunicação; acesso à cultura e à educação; respeito e promoção da diversidade cultural, religiosa, étnico-racial, de gênero, orientação sexual; proteção a segmentos vulneráveis, como crianças e adolescentes; marco legal e regulatório.

Antes de tudo, a 1ª Confecom deve ser celebrada por se tratar de um fato inédito em toda a história brasileira. Além disso, trata-se de um evento da maior importância para o avanço do processo democrático, que inclui o direito à comunicação, especialmente na era das novas tecnologias de informação e comunicação, considerando-se que a exclusão digital caminha paralelamente à exclusão social.

A conferência teve três eixos temáticos: *produção de conteúdo, meios de distribuição e cidadania: direitos e deveres* (ver detalhes no Box 1). As principais discussões estiveram focadas na regulamentação dos sistemas de comunicação, mecanismos efetivos e democráticos para o controle

¹ Jacira Melo é diretora-executiva do Instituto Patrícia Galvão Comunicação e Mídia. Vera Vieira é coordenadora brasileira do projeto ODM3 – Metas do Milênio, do Programa de Apoio às Redes de Mulheres da Associação para o Progresso das Comunicações. Ambas participaram de todo o processo da Confecom e foram eleitas delegadas pelo estado de São Paulo.

social da mídia e a participação da sociedade na construção de políticas públicas de comunicação.

Foram aprovadas um total de 672 propostas, depois da análise em 15 grupos temáticos, sendo 601 aprovadas nos grupos com mais de 80% dos votos e 71 em plenária final. As mulheres tiveram participação ativa desde a pressão para sua realização, no intenso processo preparatório e de debates Brasil afora, até a sua realização. Também foi uma mulher, a deputada federal Luíza Erundina, que fez toda a diferença: a única parlamentar presente entre delegados do Congresso. Erundina esteve de mãos dadas com a sociedade civil, em todo o processo, incluindo o árduo caminho pós-conferência, já que as resoluções aprovadas não se tornarão lei sem um grande movimento de pressão para a necessária mudança no marco regulatório do setor, visando à democratização da comunicação no país.



*Ativista chama feministas à votação.
Foto: Jacira Melo*



As mulheres compareceram em peso e fizeram a diferença. Foto: Jacira Melo

Como estratégia para enfraquecer o evento que foi oficialmente divulgado pelo governo em abril de 2009, seis dos oito grupos de empresários se retiraram da Comissão Organizadora em agosto: Abert², Abranet³, ABTA⁴, Aner⁵, Adjori⁶ e ANJ. Permaneceram a Abra⁷, à qual são vinculadas a TV Bandeirantes e Rede TV e a Telebrasil⁸, entidade representativa das empresas da área de telecomunicações. Obviamente, as duas entidades que permaneceram tinham interesses comerciais envolvidos na

regulamentação do setor, em função de conflitos dentro da própria classe empresarial. A ala das telecomunicações visa modificar o sistema tributário na área em troca da ampliação da cobertura do sinal e da banda larga, objetivando também a distribuição de conteúdo, da mesma forma que as empresas de radiodifusão.

Quanto à Abra, interessa principalmente à Bandeirantes e à Rede TV, as únicas a não se retirarem do processo da conferência, quebrar a quase hegemonia da Rede Globo na área de

² Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão)

³ Abranet (Associação Brasileira de Internet)

⁴ ABTA (Associação Brasileira de TV por Assinatura)

⁵ Aner (Associação Nacional dos Editores de Revistas)

⁶ ANJ (Associação Nacional de Jornais)

⁷ Abra (Associação Brasileira de Radiodifusores)

⁸ Telebrasil (Associação Brasileira de Telecomunicações)

TV a cabo. Soma-se a este interesse, as regulamentações que ampliem a diversidade nas TVs abertas, para que não ocorra a concentração de publicidade. De qualquer maneira, a permanência dessa parcela do empresariado garantiu a pluralidade com certa margem de participação democrática, pois incluiu representantes dos três setores.

Marcação ideológica

Desde a retirada dos poderosos da mídia brasileira, os quais não admitem pensar a comunicação que não esteja subordinada à lógica de mercado e dos grandes negócios, intensificou-se a publicação de conteúdo que mais se caracteriza como “ação orquestrada da mídia” na avaliação de João Brant no artigo *A grande mídia unida contra a democracia*⁹.



A questão racial na mídia foi alvo de reivindicações específicas. Foto: Jacira Melo

Como esses empresários de comunicação não admitem a possibilidade de existir um sistema de mídia democrático, eles passaram, por exemplo, a analisar uma demanda da conferência voltada para o controle social como o “retorno do sistema ditatorial”. Como bem ressalta João Brant, “601 propostas obtiveram consenso ou mais de 80% de aprovação dentro dos grupos, então, nem precisaram de votação”. As demais “foram aprovadas na plenária final, e nenhuma delas foi entendida como tema sensível por todos os setores. Nenhuma das propostas é um ataque à liberdade de expressão ou contra a Constituição Federal. Pelo contrário, muitas delas procuram aumentar a liberdade de expressão na mídia (hoje, restrita aos proprietários) e regulamentar os artigos da Constituição brasileira que estão lá há 21 anos, sem serem aplicados, especialmente em função da pressão do setor empresarial. Dois temas têm sido escolhidos pelos grandes veículos quando criticam as resoluções: a proposta de criar um Conselho Nacional de Comunicação e a criação de um Conselho Federal de Jornalistas”. Ao tentar impingir um caráter ideológico às reivindicações de ativistas dos movimentos sociais, o empresariado busca permanecer no conforto dos monopólios de mídia.

Como se vê, a mobilização das organizações da sociedade civil assustou aos empresários. Na verdade, todos os tópicos demandados pelos movimentos sociais vêm sendo construídos há 20 anos. Esta foi a razão pela qual Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), o presidente do Brasil, prometeu durante o Fórum Social Mundial em Belém, em janeiro de 2009, convocar uma conferência nacional para discutir políticas públicas de comunicação no país. O decreto de convocação foi aprovado em abril de 2009. Foi então formada uma comissão organizadora nacional com 26 membros – 10 do poder público e 16 da sociedade civil (8 da organizada e 8 da empresarial). Afora essa comissão, todos os delegados foram eleitos nos estados, a maioria tentando respeitar a proporcionalidade e a diversidade de segmentos. Lula aprovou R\$ 8.2 milhões (aproximadamente, USD 4.7 milhões) para a conferência.

⁹http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=6052

Desde abril, a sociedade civil organizada começou o processo preparatório, incluindo a realização de conferências municipais e estaduais, mesmo quando não existia suporte local de prefeitos e governadores que pertenciam, geralmente, a partidos contrários ao federal (PT – Partido dos Trabalhadores). Em São Paulo, por exemplo, o prefeito e o governador se esquivaram de apoiar. O suporte ficou por conta da Câmara Municipal e da Assembléia Legislativa. Enfim, Brasil afora, a sociedade civil organizada transpôs todas as barreiras e se uniu para discutir e politizar um tema complexo e relevante para o aprimoramento da democracia.

Mulheres qualificam participação

Conscientes da necessidade de revisão das estratégias na luta pela justiça de gênero na era digital, mulheres de diferentes setores da sociedade civil organizada começaram a participar do processo da conferência desde abril de 2009, discutindo aspectos específicos de interesse, mas também focando no direito à comunicação como um passo fundamental para o avanço de um país democrático. E, agora, continuam a participar.

Mas, como qualificar a participação das mulheres em um processo de conferência com temática inédita no país? Três feministas – Jacira Melo, Nilza Iraci e Vera Vieira – decidiram lançar uma publicação intitulada *Fazendo Lobby*¹⁰ que foi distribuída às participantes do processo de preparação da conferência em diversas regiões do país¹¹.

Dita publicação fez, de fato, a diferença. Era comum encontrar mulheres participantes com o livro em mãos, agradecendo por poder se inteirar de todas as nuances e informações que envolvem um processo de conferência. Trata-se de um instrumento que procurou ser simples e prático, sem perder a profundidade requerida pela temática.

A era digital apresenta uma nova realidade, com as coisas fora do lugar: um novo modo de ver, pensar e agir, com novas noções de tempo e espaço, o que requer uma reorientação das formas de luta por cidadania plena. Trata-se de revisar as práticas sociais para o avanço da luta por justiça de gênero, raça e classe social – considerando-se estes os principais fatores determinantes da diferença de oportunidades e poder entre as pessoas na sociedade.



¹⁰<http://www.redemulher.org.br/publicacoes/Fazendo%20Lobby.pdf>

¹¹ A iniciativa foi apoiada pelo projeto Metas do Milênio 3 (Fortalecimento das mulheres para o uso estratégico das TIC, visando o combate da violência contra mulheres e adolescentes), com coordenação geral do Programa de Apoio às Redes de Mulheres da Associação para o Progresso das Comunicações que está sendo realizado em doze países. Esse projeto se propõe a ajudar às mulheres na negociação do campo das TIC apoiando, para tanto, diversas ações no período entre 2009 e 2011.

BOX 2

As propostas...

Das 672 propostas aprovadas na Confecom, pode-se contabilizar que cerca de 144 delas abordam a questão das TIC; 84 citam a perspectiva de gênero e diversidade; 13 focam especificamente a questão da violência contra a mulher; 39 não deixam de ter relação com à violência contra a mulher; e 7 estão relacionadas à questão das TIC e da violência contra a mulher.

As propostas relacionadas às TIC e violência contra a mulher:

Proposta 435: Utilização dos canais de telefonia móvel para emissão de mensagens e campanhas de prevenção e promoção de saúde.

Proposta 502: Impedir a aprovação de qualquer projeto de lei que trate a internet e seus usuários sob o ponto de vista penal antes da discussão e aprovação de um código de direitos civis dos usuários de internet.

Proposta 511: Aprovação de lei que defina os direitos civis nas redes digitais que inclua, mas não se limite, a garantir a todos os cidadãos: 1) o direito ao acesso à internet sem distinção de renda, classe, credo, raça, cor, orientação sexual, sem discriminação física ou cultural; 2) o direito à acessibilidade plena, independente das dificuldades físicas ou cognitivas que possam ter; 3) direito de abrir suas redes e compartilhar o sinal de internet, com ou sem fio; 4) direito à comunicação não vigiada.

Proposta 523: Direito à privacidade na internet, com regulação eficaz do hábeas data.

Proposta 568: Contra o AI-5 digital do senador Eduardo Azeredo (PSDB/MG) e por direitos civis na internet, garantindo um ambiente legal e regulatório que respeite o caráter aberto da rede, o direito à privacidade e às liberdades.

Proposta 572: Garantir a internet de forma que o uso seja livre na rede com direito à partilha de conhecimento, bens culturais e garantia da liberdade de expressão.

Proposta 650: Categorizar cada site por conteúdo, ou seja, extensões no endereço dos sítios eletrônicos tais como: .xxx. para sítios pornográficos ou .inf para infantis. Além disso, cada sítio deve fornecer ao usuário a classificação etária referente ao conteúdo existente no site. De modo que os pais possam controlar de maneira mais eficaz o tipo de conteúdo acessado por seus filhos. No caso de blogs, deve constar no termo de adesão ou uso do serviço a classificação etária a partir da descrição do conteúdo do blog feito pelo usuário.

[Leia a íntegra das propostas: www.blog.planalto.gov.br](http://www.blog.planalto.gov.br)

Para qualificar ainda mais a participação feminina na conferência, integrantes do movimento de mulheres e movimento feminista construíram o documento intitulado [Plataforma das Mulheres para a 1ª Conferência de Comunicação](#),¹² enfatizando que “por muito tempo, os movimentos de mulheres organizadas vêm discutido o direito à comunicação, a necessidade de democratização da mídia e as imagens da mulher que são publicadas, que alimentam e reproduzem estereótipos e preconceitos. Temos questionado a seletiva invisibilidade de mulheres negras, indígenas e lésbicas, mas também nossas demandas sociais e políticas, assim como nossa pluralidade. Como resultado da ausência de democracia na mídia, há um monopólio da indústria de comunicação que cresce, cujo principal efeito é a disseminação de nossos corpos e vidas como produtos comerciais, e também a reprodução da violência contra a mulher”.

Em grande parte das propostas aprovadas na Confecom há termos voltados para a diversidade e a pluralidade, numa nítida demonstração de que estiveram sempre presentes nas discussões dos 15 grupos de trabalho, em todos os eixos temáticos. O grande desafio agora é entender profundamente o real significado para ‘gênero, raça e orientação sexual’.

¹²<http://www.mulheremidia.org.br/site/2009/10/plataforma-das-mulheres-para-a-confecom/>

Todas as propostas serão uma referência importante para a luta política por um sistema mais democrático de comunicação.

Mesmo considerando que a conferência não tem caráter deliberativo – as propostas serão enviadas para o governo e o Congresso demandando projetos de lei ou decretos do Executivo - sem sombra de dúvida o evento teve impactos positivos para as mulheres e para a sociedade brasileira como um todo.

Aprofundando o debate

De acordo com o portal da [Agência Patrícia Galvão](http://www.patriciagalvao.org.br/)¹³, sem dúvida as reivindicações passam pelo combate à linguagem sexista e à visão estereotipada das mulheres veiculada na mídia. Mas vão muito além de temas que, em princípio, parecem dizer respeito apenas às mulheres.

A 6ª edição do seminário nacional *A Mulher e a Mídia* – promovido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e organizado pelo Instituto Patrícia Galvão Comunicação e Mídia – reuniu 260 mulheres de 24 estados para discutir e construir propostas para a 1ª Confecom. Realizado em novembro de 2009 na cidade do Rio de Janeiro, propiciou um espaço de articulação e debate estratégico com destaque para o aprofundamento dos seguintes temas: mulher, mídia e

convergência das comunicações; TV pública e promoção da igualdade de gênero; produção de conteúdos nas perspectivas e diversidade; e a Conferência Nacional de Comunicação e o olhar das mulheres. “A grande maioria da sociedade desconhece que rádio e televisão são concessões públicas e que, como tais, deveriam ter o controle dos que são os verdadeiros detentores do espaço público. Hoje este patrimônio está concentrado nas mãos de 5 grupos, que monopolizam a produção de rádio e TV há mais de 50 anos”, afirmou a deputada federal Luiza Erundina, para quem o tema das comunicações é mais estratégico que os demais em debate na sociedade. “No dia em que

BOX 3

Sobre o Brasil...

O Brasil é uma república federativa presidencialista localizada na América do Sul, formada pela união de 26 estados federados e pelo Distrito Federal. O país conta com 5.565 municípios. Tem 191.480.630 habitantes. Possui uma área de 8.514.876,599 km², equivalente a 47% do território sulamericano. Em comparação com os demais países do globo, dispõe do quinto maior contingente populacional e da quinta maior área. Oitava maior economia do planeta e maior economia latino-americana, o Brasil tem hoje forte influência internacional, seja em âmbito regional ou global. Encontra-se na 39ª posição entre os países com melhor qualidade de vida do planeta. (www.wikipedia.org/wiki/Brasil)

No Brasil, 22% dos congressistas ou suas famílias possuem concessões de rádio e TV sem nenhum interesse em mudar o marco regulatório do setor.

(*Revista Fórum. No. 82 – janeiro 2010. SP. p. 19*)

conseguirmos democratizar os meios de comunicação no país, teremos condições de fazer todas as outras reformas”, acredita.

“É necessário construir mecanismos de monitoramento e controle social dos meios, assegurando a participação ativa e constante da sociedade. E, em cumprimento à

¹³<http://www.patriciagalvao.org.br/>

Constituição Federal, queremos que se regulamente o sistema de outorgas e sejam proibidas as concessões para igrejas. A detenção de concessões por representações religiosas é extremamente nociva para a sociedade, para a questão da diversidade sexual, dos direitos sexuais e reprodutivos, entre outras. Temos que ter regras transparentes e que valham pra todo mundo, para que os nossos direitos estejam garantidos”, acredita Denise Viola da Rede de Mulheres em Comunicação.

Para que uma agenda das mulheres na conferência? “Pra mexer numa estrutura de desigualdades e injustiça, sustentada pelo capitalismo, pelo racismo e pelo patriarcado. Para disseminar valores inovadores e diferenciados, para a construção de uma ética e de uma estética que dialoguem com esses valores, para garantir participação política e cidadã com visão crítica, levando a pauta das mulheres para os espaços de decisão da comunicação”, acrescenta Vera Gasparotto da Central Única dos Trabalhadores.

Para a ministra Nilcéa Freire, o grande desafio no Brasil do ponto de vista da consolidação da democracia é a estruturação do controle social em todas as dimensões da política e da vida social, incluindo a comunicação.

Mulher e tecnologias

Garantir a apropriação pelas mulheres das novas tecnologias de comunicação e informação também foi um dos grandes focos de discussão na Confecom, além de tema-chave no seminário Mulher e Mídia. Hoje, o debate sobre a convergência ainda é dominado pelos engenheiros de telecomunicações - homens, em sua grande maioria. Mas, se apropriar da tecnologia significa ir além do acesso à internet. “Mais importante é se apropriar do fazer comunicacional neste ambiente de convergência. Ainda que seja importante monitorar a representação da mulher na mídia, mais importante ainda é garantir a participação da mulher na mídia. Nós não estamos sendo só representadas, mas estamos nos representando. Neste cenário, a postura do telespectador passivo é outra. Então vamos fazer mídia e vamos para o ativismo na mídia”, convida Oona de Castro.

Para João Brant, um dos coordenadores do Intervezes, é preciso tratar a questão do acesso e participação das mulheres no cenário da convergência digital a partir da perspectiva do direito à comunicação. “Não estamos olhando para a convergência nos termos tecnológicos ou mercadológicos, mas para fortalecer a liberdade de expressão, um conceito que precisa ser reapropriado por nós. Falamos da convergência como espaço de potencialidades, mas às vezes esse potencial não se realiza. Há muita gente querendo que essa semente não se transforme em árvore”, avalia. Afinal, o cenário da convergência está colocado num contexto social e político de relações de poder e opressão. Essas relações tendem a se reproduzir no ambiente convergente. “Hoje temos uma diferença gritante entre centro e periferia mundial, entre centro e periferia no Brasil, entre homens e mulheres, ricos e pobres, brancos e negros. Esses binômios seguem sendo refletidos e reproduzidos no ambiente convergente, que pode talvez criar um abismo ainda maior entre os que têm e os que não têm”, acrescenta Brant.

Daí a importância de lutar por políticas públicas de acesso e apropriação das novas tecnologias de informação e comunicação pelas mulheres. “Durante muito tempo, política de inclusão digital era oferecer computador e internet. Hoje as pessoas precisam receber formação para viver e navegar neste mundo”, afirma a pesquisadora Marília Maciel. Outro desafio para as mulheres é também participar dos processos de desenvolvimento tecnológico e também de definição da regulação do funcionamento da internet. Quem constrói softwares que fazem a internet funcionar, controla a internet. “A tecnologia não é desenvolvida por pessoas isoladas da sociedade. Ela é resultado do desenvolvimento da nossa cultura e da nossa sociedade. Tecnologia, política, sociedade e cultura andam muito juntos”, explica Marília. “A questão de gênero é muito debatida no aspecto do conteúdo. Mas ainda não está presente no debate sobre o desenvolvimento da internet, da infra-estrutura física e lógica da rede. Se formos nos preocupar com isso lá na frente, vamos encontrar tudo pronto e regulado. Por isso, ou entramos agora neste debate ou vão decidir tudo por nós”, alerta a pesquisadora. Isso pressupõe fazer escolhas e participar dos processos de decisão das políticas de regulação da internet, para fazer com que elas atendam aos interesses das mulheres.

Olhando para o futuro, a conclusão do debate é a de que os desafios são muitos e parecem prioritários de serem assumidos pelo movimento de mulheres na luta pela igualdade de gênero em nosso país. O apoio das mulheres à aprovação do Plano nacional da banda larga, em debate no governo federal, se mostra central para viabilizar o acesso da população brasileira à internet. “Também temos que produzir websites que sejam acessíveis pelo celular, usar o SMS para manifestações políticas, produzir conteúdo convergente que possa ser ‘viralizado’, para contaminar a sociedade com as nossas idéias, e estarmos preparadas para trabalhar com a lógica da instantaneidade”, acrescenta Carla Rodrigues.

BOX 4

Os números do Brasil eletrônico e digital...

- O Brasil tem a 2ª maior tarifa de celular do mundo: média de R\$0,45 por minuto (USD 0,24). Só perde para a África do Sul, cujo custo é de R\$0,50 (USD 0,27). Nos Estados Unidos, custa R\$0,10 (USD 0,05).
- 8 de cada 10 pessoas possuem telefone celular (82% no sistema pré-pago, a maioria só para receber chamadas).
- Computador de mesa: 23% da população
- Computador portátil: 5%
- Proporção de domicílios com computador: 25%
- Proporção de domicílios com internet: 18% (há 13,6 milhões com banda larga, sendo 20% por conexão móvel).
- Aparelho de televisão: 97% da população
- Aparelho de rádio: 86% da população
- Telefone fixo: 45% da população
- Antena parabólica: 20% da população
- Console de jogo: 13% da população
- TV a cabo: 6% da população

(Fontes: www.cgi.br – Pesquisa sobre o uso das TIC no Brasil 2008 e Folha de São Paulo)

Por fim, é preciso um olhar feminista sobre a regulação da internet, os direitos e deveres dos cidadãos e cidadãs. “São temas que dizem respeito à nossa vida cotidiana: privacidade,

liberdade de expressão, direito de acesso, etc. Tudo isso cabe um olhar de gênero e é preciso que a gente contribua”, reforça Marília. “A internet surge baseada na horizontalidade, no desenvolvimento colaborativo de conhecimento e na cultura do compartilhamento. Temos a idéia de que a mulher é mais ligada a relações horizontais entre si, as mulheres são vistas como pólo doador de qualquer relação e são mais compartilhadoras de informação. Ou seja, há um paralelo interessante a ser feito aqui”, concluiu Marília.



Luíza Erundina, deputada federal, à esquerda, ao lado de Jacira Melo. Ela foi a única parlamentar presente entre delegados do Congresso. É a grande parceira do movimento feminista desde sempre e esteve ao lado do movimento social durante todo o processo da Confecom. Foto: Jacira Melo

O processo de mobilização em torno dos temas diversidade e direito à comunicação traz elementos novos para o debate. Poucos anos atrás, o tema da mídia não era debatido em profundidade pelos movimentos populares e organizações da sociedade civil.

Sob o ponto de vista do conjunto das propostas, o que se reivindica é a regulamentação do sistema de mídia; a instalação de órgãos reguladores com participação da sociedade para monitorar, fiscalizar e estabelecer medidas punitivas a mídia; políticas públicas de banda larga,

fomento à produção e difusão com perspectiva de gênero, raça e etnia.

Para o setor empresarial a maioria dessas propostas limita a liberdade criativa, com a alegação de que controle não combina com mídia e liberdade de expressão. Mesmo diante desse ambiente adverso, as mulheres feministas participaram ativamente de todos os debates e garantiram a aprovação de propostas estratégicas.

E como ganho geral está a tradução de um tema complexo para um número bem maior de pessoas no país, que estarão aptas a multiplicar o conhecimento adquirido em todo o processo, visando amplificar o número de participantes na crucial luta pela democratização da mídia.

Apesar dessa fábrica de presente em que vivemos – sem referência ao passado e sem projeção do futuro – (um “presente altista”, como denomina Jesús Martín Barbero), há possibilidades de avanço no processo de redefinição do que significa democracia, a partir do feminismo e da sociedade em rede. Como bem salienta Barbero, “é possível aumentar as brechas para a construção de relatos. A briga com os meios de comunicação de massa tem que ser feita ampliando as brechas, utilizando-se a criatividade brasileira, com cintura flexível e paciência. A esperança se dá através dos desesperados. Como nunca se viu tantos desesperados, hoje, podemos ter esperança!” A esperança de que os espaços privado e público sejam igualmente compartilhados por homens e mulheres, sem discriminação racial, étnica, de classe, orientação sexual o idade.

Este trabajo fue comisionado por el PARM de APC para su proyecto "Fortalecimiento de las mujeres en el uso estratégico de las tecnologías de la información y la comunicación para combatir la violencia contra las mujeres y las niñas", con apoyo del Fondo ODM: invertir en equidad. Este fondo busca apoyar actividades con resultados concretos en el mejoramiento de derechos y oportunidades para niñas y mujeres en países en vías de desarrollo. El objetivo específico del fondo es mejorar la igualdad de género y empoderamiento de las mujeres. Las opiniones expresadas son de las autoras y no del PARM de APC.

El PARM de APC es una red internacional de mujeres y organizaciones de mujeres que promueven la equidad de género en el diseño, implementación acceso y utilización de las TIC, así como en las decisiones políticas y marcos que las regulan.

La Asociación para el Progreso de las Comunicaciones es una red internacional de organizaciones de la sociedad civil dedicada al empoderamiento y apoyo de quienes trabajan por la paz, los derechos humanos, el desarrollo y la protección del medio ambiente mediante el uso estratégico de las TIC.



MDG3Fund

Licencia Creative Commons Atribución-No Comercial-Sin Derivadas 3.0 Unported
http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/deed.es_CL